

Contra a Lei de Cotas: os tons da branquitude

SERGIO JOSÉ CUSTÓDIO*

Resumo: Um Senador disse no debate da Lei de Cotas no Brasil que as relações sexuais com escravizadas foram consensuais. Como esse trapo chega ao XXI? Esses destroços? Qual a relação disso com a branquitude? Que estruturas, que formas relacionais violentas atuam entre sujeitos raciais nos confrontos civilizatórios? Para responder contam a escuta e os restos. Por meio do livro “Leite Derramado” e de parlendas da cultura oral, há uma análise, com base no perspectivismo afro-indígena. Os achados são os tons da branquitude e artefatos vivos do racismo. Os estalos do rabo de tatu dos Senadores Demóstenes Torres, Barão de Antonina e Eulálio Ribas d’Assumpção são os guias.

Palavras-chave: Lei de Cotas; branquitude; perspectivismo afro-indígena; racismo.

Against the Quota Law: the historic burp of whiteness

Abstract: A Senator said in the debate on the Quota Law in Brazil that sexual relations with enslaved women were consensual. How does this rag get to XXI? This wreckage? How does this relate to whiteness? What structures, what violent relational forms act between racial subjects in civilizing confrontations? To respond, listening and leftovers count. Through the book “Leite Derramado” and oral culture parlendas, there is an analysis, based on the Afro-indigenous perspectivism. The findings are the shades of whiteness and living artifacts of racism. The snaps of the armadillo tail of Senators Demóstenes Torres, Barão de Antonina and Eulálio Ribas d’Assumpção are the guides.

Key words: Quota Law; whiteness; afro-indigenous perspectivism; racism.



* **SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO** é doutorando do Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo, Brasil; Graduado em Ciências Econômicas pela Unicamp, mestre em Educação pela USP e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas das Políticas Públicas para a Inclusão Social (GEPPIS-USP).



Manifestação do MSU pelo direito à universidade no Brasil. Fonte: Arquivo do MSU.

Introdução

“Meu caro, a situação é demasiado crítica para que a ausência de crítica esteja à sua altura!” (Mann, 2021, Cap. XXV, p. 279).

O Projeto de Lei 73/1999 foi aprovado, de modo suprapartidário, graças à ação política dos novíssimos movimentos sociais, no Plenário da Câmara dos Deputados do Brasil, em 20 de novembro de 2008, dia nacional da consciência negra. Em seguida, foi submetido ao Senado Federal. Tal projeto tratava da Lei de Cotas que previa a reserva de, no mínimo, 50% das vagas, por turno e por curso, para oriundos de escola pública nas universidades federais, respeitando-se a proporção de negros e indígenas, por região, conforme os dados do IBGE e seguindo um critério de renda.

O projeto enfrentou resistência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal. O então presidente da comissão, Senador Demóstenes Torres, bloqueou em 2009 esse avanço do direito à universidade no

Brasil e ganhou notoriedade pública manifestando-se sobre a questão em diferentes momentos, fóruns privados e públicos, com concessão de entrevistas em diversos meios de comunicação. Sustentando sempre oposição à Lei de Cotas, destaca-se, entre seus pronunciamentos, o discurso proferido pelo Senador no Supremo Tribunal Federal.

As negras foram estupradas no Brasil. A miscigenação se deu pelo estupro. Foi algo absolutamente forçado.

Gilberto Freire, que hoje é completamente renegado, mostra que isso se deu de uma forma muito mais consensual e que, felizmente, isso levou o Brasil a ter hoje essa magnífica configuração racial (STF, 2010, p. 129).

Esse discurso específico motiva a investigação da hipótese de que as considerações do Senador da República informam elementos de uma ação política antiga e violenta na história, em que o alvo principal envolve gênero, raça e classe, o que, por hipótese, são capazes de revelar aspectos da ação política da branquitude no Brasil, escondidas em camadas profundas e sobrepostas, que podem ser exploradas, à moda dos paleontólogos, que avançam desde a superfície à cata de restos, de materialidade, no caso, nas pistas deixadas por um senador da ficção e por outro da história do Brasil. Vai de um senador branco a outros dois, portanto. Faz uma análise de alguns restos em três atos. Um primeiro movimento teórico explora a conceituação do “processo civilizador” em Norbert Elias, Sigmund Freud e nos estudos de Gislene Aparecida dos Santos. Já um segundo visita o livro “Leite Derramado”, que trata da decadência da família de um Senador. Por fim, a escuta de parlendas de provocação racista, artefato corrosivo da cultura popular, na região do Senador Barão de Antonina, no Estado de São Paulo.

Metodologia

O método é interdisciplinar nas ciências sociais. Ele é estruturado com base nas seguintes fontes: transcrição de documento público; o romance “Leite Derramado” e estudos críticos feitos sobre o livro; a escuta de documentação oral em regiões de colônias tardias no Estado de São Paulo; elementos do romance Aricó e Caocochée, de John Henry Elliott (1844).

Uma âncora metodológica geral é a escrita de ouvido, de Marília Librandi (2020), que serve de referência para a escuta dos restos na história.

Quanto à oralidade, há uma única fonte oral aqui explorada de modo direto: trata-se de parlendas, antecedentes do bullying. É inegável o caráter universal da oralidade. A oralidade aqui foi vista nos termos da reflexão do Professor José Carlos Sebbe Bom Meihy (MEYHY; SEAWRIGHT, 2020).

Processo civilizador?

Auerbach (1971) fala desde seu exílio na Turquia, uma diáspora, em fuga do nazismo, mas reivindicando a importância da civilização ocidental, seus restos virtuosos herdados na cultura e a presença das pessoas subalternas na literatura. É o cão Arno quem reconhece Ulisses. Ao refletir sobre a cicatriz de Ulisses, descoberta pela ama que lhe lava os pés, o autor anota o “estilo homérico como sendo de ‘primeiro plano’, porque apesar dos muitos saltos para trás ou para adiante, deixa agir o que é narrado como presente único e puro, sem perspectiva” (AUERBACH, 1971, p. 9).

Comparado a outro texto também antigo, o Velho Testamento, no qual predominam os planos mais densos, fica evidente a necessidade de busca da ocorrência de camadas mais profundas para o entendimento da realidade.

Para Ginzburg, Auerbach “tinha um senso fortíssimo da realidade e, em primeiro lugar, da realidade social”, uma visão perspectivista que “se baseava na ideia de que o desenvolvimento histórico tende a gerar enfoques múltiplos da realidade” (GINZBURG, 2006, p. 171).

O perspectivismo irrompe com força em Eduardo Viveiros de Castro, como deixa ver sua reflexão sobre o teste feito pelos povos indígenas ao colocarem europeus brancos das “descobertas” embaixo d’água para ver o que acontece e assim tirar uma dúvida se eles eram deuses ou não?

No mesmo momento, de resto e numa ilha vizinha (Porto Rico, segundo o testemunho de Oviedo), os índios cuidavam de capturar os brancos e fazê-los perecer por imersão, depois montavam guarda durante semanas em torno dos afogados a fim de saber se eram ou não sujeitos à putrefação. (LÉVI-STRAUSS, 1957, p. 74).

Ou seja, os povos indígenas formulavam teoria. Há um jogo de perspectivas e não são meros “objetos” (CASTRO, 2015). A subalternidade teoriza, é a lição de Viveiros de Castro, como o faz o rap dos Racionais MC’s em “Sobrevivendo no Inferno” (RACIONAIS MC’S, 2018).

Na toada dos rastros civilizatórios nas escolas e universidades europeias, alguns deuses do Iluminismo francês ganharam seu Olimpo. Por meio deles, “índios, cujo exemplo, através de Montaigne, Rousseau, Voltaire, Diderot, enriqueceu a substância de que a escola me nutriu, hurões, iroqueses, caraíbas, tupi, eis-me aqui! (LÉVI-STRAUSS, 1957, p. 76).

Muitas vezes, nos trópicos, a substância do saber reproduziu a sacralização como catequismo não apenas dos credos do antigo, do novo testamento, das rezas e procissões, do céu, do inferno e do purgatório da propaganda da contrarreforma no Brasil colonial, mas dos novos deuses, das novas narrativas, do novo olimpo, como o elenco francês escalado pelo curioso Lévi-Strauss, mas esquecendo dos indígenas e dos africanos escravizados.

Essa má sina irá dominar a escola (quando e onde houve), a afetação acadêmica e o bacharelismo no XVIII, no XIX, no XX e no XXI. Por isso, é preciso repetir o ritual indígena e também colocar esses novos deuses do Iluminismo de cabeça pra baixo n’água para ver se são mesmo deuses ou se apodrecem. Montaigne, Rousseau,

Voltaire, Diderot de cabeça para baixo, afundados n’água?

Indígenas brasileiros foram mostrados como objetos exóticos na corte francesa do século XVI. Montaigne escreverá sobre os “selvagens” reivindicando sua humanidade igual. Rousseau lançará mão do bom selvagem no seu “Do Contrato Social”. Numa dimensão contratual ideal, até um humano igual, mas na prática, para esse filósofo, moralmente inferior ao branco europeu. Igual, mas inferior? No seu “Emílio”, a inferiorização da mulher grita.

O Marquês de Pombal¹ e depois o deputado José Bonifácio de Andrada e Silva, ambos em Lisboa, como espirros do Iluminismo, derivam a necessidade da civilização e derretimento dos indígenas, para amansá-los e integrá-los, afinal humanos, porém “homo ferus”².

O Iluminismo, em particular na França do século XVIII, é uma das balizas para o debate em torno da “civilização”, com poder de deslocar para um plano marginal a colonização, a escravização negra e sua brutalidade sem par. O Iluminismo respira o ápice da sociedade de corte.

Que sombras esconde essa sociedade de corte? Onde se esconde a violência contra a mulher? Nesses ares, há em Voltaire, um mestre do Iluminismo, a narrativa de um caso que envolve um

¹ O Diretório dos Índios – documento oficial do Estado Português – explicita a posição de Pombal: “E sendo evidente que as paternas providências de nosso Augusto Soberano, se dirigem unicamente a cristianizar e civilizar estes infelizes e miseráveis povos, para que saindo da ignorância e rusticidade a que se acham reduzidos, possam ser úteis a si, aos moradores e ao Estado” (Diretório dos Índios, 1755, s/p).

² O texto “Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil”, de José Bonifácio de Andrada e Silva foi apresentado nas Cortes de Lisboa (em 1821) e na Assembleia Constituinte do Império do Brasil de 1823.

homem branco, que ao ver uma moça branca pobre numa praça pública... Há, pois, nuances na realidade, sombras no Iluminismo e nas cortes. “*Prenes encore mon coeur, tout est à vous*, nada mais são do que um arabesco para exprimir o desejo de satisfação imediata do impulso sexual” (VOLTAIRE apud AUERBACH, 1971, p. 355). Em *Cândido*, o estupro está presente de forma escancarada no testemunho de personagens da ficção como Cunegundes. É um dado da realidade?

Perceber que o Iluminismo não é somente luz pode deslocar uma pretensa verdade inata presa à metáfora. Voltaire, com *status* de nobre e financista é também um jogador da bolsa de valores de Londres, e considera esse espaço de negociação como um lugar respeitável, onde se reúnem deputados de diversas nações, pessoas de diversos credos religiosos, como judeus, muçulmanos e cristãos, que fazem parte de uma mesma irmandade, sendo considerados infiéis apenas os que faliram, conforme anotou Auerbach (1946, p. 351). Se o Voltaire que naturaliza o estupro à mulher branca põe em movimento a “expressão do desejo e da cobiça”, o da bolsa de valores simplifica “o contraste tolerância-intolerância”, em um tempo em que a fê comum é a do dinheiro. Para Gislene Aparecida dos Santos,

O período da Ilustração nos aparece como um enigma. Ao mesmo tempo em que defende a tolerância e os direitos dos homens, oferece elementos para a construção de um conceito de homem restrito aos parâmetros europeus e intolerante quanto às diferenças entre este e outros povos. (SANTOS, 2002, p. 21).

As sombras de Jean Marie Arouet, conde de Voltaire, também são observadas quando ele expõe sua “tese” sobre o homem e sobre o negro. No dizer do

iluminista, “o espécime negro seria o homem” assim definido:

Um animal preto, que possui lâ sobre a cabeça, caminha sobre duas patas, é quase tão destro quanto um símio, é menos forte do que outros animais de seu tamanho, provido de um pouco mais de ideias do que eles e dotado de maior facilidade de expressão. Ademais, está submetido igualmente às mesmas necessidades que os outros, nascendo, vivendo e morrendo exatamente como eles. (VOLTAIRE apud SANTOS, 2002, p. 27).

Os iluministas, para Santos (2002), colocam em “ação um método estruturado pela biologia”, por meio de verbetes na Enciclopédia, como “negro” e “negros” (referindo-se aos escravizados), que os inferioriza em relação aos homens brancos.

“A maioria dos negros e todos os cafres estão imersos na mesma estupidez”, escreveu Voltaire na *Philosophie de l’histoire*. Não obstante isso, ele reforçou sua posição em 1775: “E nela permanecerão por muito tempo” (GINZBURG, 2007, p. 123). Profetizava, então, uma eterna espiral colonizadora, a espiral da branquitude, onde cabe o estupro como relação entre o ser e o não-ser, onde o não-ser é a mulher negra colonizada, escravizada, por exemplo?

O conde, na verdade, tinha interesses no negócio mundial do tráfico de escravizados negros. “Desde jovem Voltaire havia investido vultosas somas na Companhia das Índias, que estava largamente envolvida no comércio de escravos.” (GUINZBURG, 2007, p. 123). É preciso escutar bem a branquitude para desviar-se dos seus disfarces e para fazer a crítica da branquitude.

Norbert Elias e Sigmund Freud podem ser referências teóricas para a escuta, pois tem no tempo longo das decantações algo em comum. O cotidiano comum é a morada do tempo e indica, mesmo nas coisas mais banais, raios teóricos comuns entre Elias e Freud. Este observou psicopatologias em torno do esquecimento de nomes próprios, palavras estrangeiras, intenções, impressões e lapsos de fala e escrita, atos falhos, negações (FREUD, 2006). Por trás desses sintomas, motivações, muitas fora do consciente, o que requeria o conhecimento aprofundado do inconsciente para serem descobertas. Esse mundo denso, repleto de camadas, no entanto não é outro planeta. Freud e o movimento psicanalista buscaram construir essa inédita nanotecnologia do psiquismo no sujeito, o inconsciente, a imersão nessa engrenagem e a lógica de funcionamento dessa esfera e suas tensões com a cultura.

Como Elias se aproxima da reflexão de Freud? Em Elias (1939) a noção de “segunda natureza” tem uma dimensão muito prática, como quando se impõe o hábito do uso do garfo e da faca à mesa, depois transformado, com o tempo, em *habitus*, uma construção lenta feita pela empiria da história sobre os sujeitos em interação social. A coerção externa é central no pensamento de Elias. Essa coerção migra para o sujeito, à medida que “O que se estabelece com a monopolização da violência física nos espaços pacificados é um diferente tipo de autocontrole ou autolimitação.” (ELIAS, 1939, p. 202), como um jogo de economia psíquica, onde “A agência controladora que se forma como parte da estrutura da personalidade do indivíduo corresponde à agência controladora que se forma na sociedade em geral.” (Ibid., p. 202). Essa “luta semi-automática da pessoa consigo mesma” nos processos

civilizadores leva a reflexão de Elias a tangenciar o campo da psicanálise, pois a balança eu-nós oscila envolvendo medo, alegria, prazer, remorso, “ao mesmo tempo em que a fissura horizontal que corre de lado a outro da pessoa, a tensão entre o superego e o “inconsciente” – os anelos e desejos que não podem ser lembrados – aumentam.” (Ibid., p. 203). Mas, para Elias a história é a mãe do homem, uma vez que “O que determina a natureza e grau desses surtos civilizadores é sempre a extensão das interdependências, o nível de divisão de funções e a estrutura interna das próprias funções sociais” (Ibid., p. 207).

Contudo, a colonização em si, sua violência, sua etiqueta, operam num plano muito marginal na formulação teórica de Elias e Freud, assim como o homem universal camufla o etnocentrismo, camufla o branco europeu rico ideal colonizador, a branquitude. Qual a etiqueta para a escravização negra e indígena por parte dos europeus brancos? “Coração nas Trevas”, livro de 1902, de Joseph Conrad, revelou na literatura os estratagemas da etiqueta racial na espiral colonizadora dos brancos europeus no fim do XIX na África.

Os tons da branquitude

De onde vem a construção da miragem de uma sensualidade colonial? Nas amplas áreas de escravização negra e indígena no afroindígena continente, nomeado americano, seja nos Estados Unidos, no Brasil ou no Caribe, o tom das violentas relações raciais foi pintado pela mão colonizadora do senhor branco e dos historiadores brancos, como Lucien Peytraud, que escreveu em 1897,

Tornar-se a escrava favorita ou uma das escravas preferidas do senhor, era, na maior parte do tempo, a ambição das negras. E quantos senhores nesse caso sabiam resistir a

não libertar o objeto de sua fraqueza, a mãe de seus filhos e mesmo estas crianças. (PEYTRAUD, 1897, p. 405-406).

O vil e o “vertiginoso conjunto” em ação, como falou MV Bill: escravidão negra, colonialismo, capitalismo, contrarreforma? A colonização arrastou mitos antigos europeus, como do caçador, do guerreiro, do cruzado, incorporados feito masculinidade nas tribos brancas barbudas das hordas colonizadoras e sua voraz caça de corpos, riquezas, organizadas como empresas capitalistas globais, como as companhias das índias.

O colonialismo constrói quatro grandes estereótipos da mulher africana: dissimulada, submissa, como força de trabalho e objeto sexual. É a volúpia do racismo. O outro é inventado pelo poder de anunciar, nomear e enunciar. É o olhar de cima para baixo, a sobreposição cultural, civilizacional e ética do europeu branco em relação ao outro. Na representação da mulher encontra-se o fundamento da colonização, isso está no olhar eminentemente discriminatório. Essas reflexões do Professor de Moçambique Francisco Noa³ servem também para informar sobre a crítica necessária ao tom da branquitude dominante em Gilberto Freyre, pai do luso-tropicalismo em África no século XX. A crítica de Noa indica o barulho do tom da branquitude na colonização, o tom adocicado por Freyre e espalhado no tempo infinito da cultura. Tom ou tons?

³ Palestra proferida em 24 de setembro de 2020, disponível em [youtube.com/watch?v=qNwa9kBJvKA](https://www.youtube.com/watch?v=qNwa9kBJvKA). Livro de Referência do autor: “A escrita infinita”, Maputo, 1998, Livraria Universitária.

“Leite derramado”: a branquitude como fantasma

O livro apareceu no Senado Federal em 2009 quando manifestantes que pediam a aprovação da Lei de Cotas o entregaram ao Presidente do Senado, Senador José Sarney. Ele deixa ver pistas daquilo que Cida Bento⁴ chama de legado da escravidão para os brancos no Brasil. Por isso, “Leite Derramado” (HOLLANDA, 2009) é encarado aqui como a passagem do bastão da branquitude de geração a geração no Brasil, com capacidade para atravessar posição de classe, gênero e raça, como efeito material do privilégio branco e feito fantasma também, habitando estruturas mentais, feito estrutura mental de marfim branco dentro das cabeças. É a narrativa da decadência de uma família branca. Desde o Império escravocrata, um mito em longa queda livre no Brasil, da abonação do centro do poder para um mundo que vai minguando, vivida na figura do protagonista Eulálio Montenegro d’Assumpção, filho de Eulálio Ribas d’Assumpção, que foi Senador.

A família branca ostentava o rabo de tatu, o chicote histórico de antanho na parede da casa grande. Para Sarmento (2015), não era à toa, pois: “Por sua vez, o pai, Eulálio Ribas d’Assumpção, Senador da República, tinha naquele chicote uma herança patriarcal, símbolo de mando e poder.” (SARMENTO, 2015, p. 60). Purgatório branco?

Nota-se que uma linha vertical – alto/baixo – d’A Divina Comédia

⁴ Encontro Branquitude: Racismo e Antirracismo. Debate “O branco na luta antirracista: limites e possibilidades”, com Cida Bento, Robin Diangelo e Thiago Amparo. Realizado em 26.10.2020, 18 horas. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=70LKutLx9uY>

conduz a narrativa; seja na composição do próprio enredo, no qual se pode ver a ilustração de ascensão e de queda social; seja na apresentação da genealogia dos personagens; seja na descrição dos espaços. Por outro lado, a linha temporal é caracterizada por um tempo cíclico, que se configura nas voltas, nos retornos e nas repetições das ações e mesmo da linguagem. A forma da narrativa é espiralar, evocando o espiral do purgatório. Há cenas em que o personagem se vê num labirinto ou numa floresta sem saída, num passado que se torna um eterno presente, como a indicar um perene conservadorismo. (SARMENTO, 2015, p. 39).

É a espiral dos tons da branquitude? A configuração social brasileira se desdobra desde um tempo longo. Era o Senador Demóstenes do Império?

De Botafogo, o sonho cortou para a fazenda na raiz da serra, onde encontramos meu avô de barba e suíças brancas, caminhando de fraque diante do Parlamento Inglês. Ia num passo rápido e duro, como de pernas mecânicas, dez metros para a frente, dez metros para trás, igual ao livrete. Meu avô foi um figurão do Império, grão-maçom e abolicionista radical, queria mandar todos os pretos brasileiros de volta para a África, mas não deu certo. Seus próprios escravos, depois de alforriados, escolheram permanecer nas propriedades dele. Possuía cacauais na Bahia, cafezais em São Paulo. (HOLLANDA, 2009, p.15).

É a fonte exposta dos fantasmas da branquitude vivos no protagonista, pois “Fator de grande relevância é a forma desabusada com que se expressa, tratando as pessoas a quem se dirige com prepotência e arrogância própria da classe senhorial, debochando dos profissionais que o atendem e exaltando a si próprio.” (SARMENTO, 2015,

p.42). Uma branquitude por classe, raça e gênero, que segura o rabo de tatu, mesmo que ele seja mero fantasma. O protagonista age não só como dono do seu corpo, mas de outros corpos que estão para o seu gozo e fruição, para o estalo da batida de couro contra couro, da batida do rabo de tatu, como de Balbino, escravizado negro e colega de infância. Nas palavras do autor,

Mas depois que entrei no ginásio, minhas idas à fazenda escassearam, ele cresceu sem estudos e perdemos afinidades. Só o reencontrava nas férias de julho, e então volta e meia lhe pedia um favor à toa, mais para agradar a ele mesmo, que era de índole prestativa. (...) Mas por esse tempo felizmente aconteceu de eu conhecer Matilde, e eliminei aquela bobagem da cabeça. No entanto garanto que a convivência com Balbino fez de mim um adulto sem preconceitos de cor. (HOLLANDA, 2009, p. 19, 20).

A violência simbólica e real encarna-se no sujeito que apanha; impregna a atmosfera, a reifica, “(...) acho que sentia falta de baixar as calças para meu pai me surrar com o cinto. Depois gostava de subir no banco do banheiro, em soluços, para ver no espelho da pia as marcas de fivela em minhas nádegas.” (HOLLANDA, 2009, p. 74).

A repetição dos dias passados, na memória do protagonista, dá o roteiro da decadência da família do Senador e, à medida que o leitor avança nas páginas do livro, percebe que o personagem convive com lacunas, repetindo todos os dias a mesma ladainha, sem perceber que a cada dia ele desce vertiginosamente, deixando ver as faltas, os buracos, os escondidos, onde o que escapole num dia salta à cena do livro no outro dia/noite, como erupção do inconsciente estruturando-se feito linguagem.

Se com a idade a gente dá para repetir casos antigos, não é por cansaço da alma, é por esmero. É para si próprio que um velho repete sempre a mesma história, como se assim tirasse cópias dela, para a hipótese de a história se extraviar. (HOLLANDA, 2009, p. 96).

O riacho límpido ao pé da Serra fluminense da propriedade de outrora cede lugar à morada mal ajambrada em frente ao fedor do esgoto a céu aberto no mesmo riacho, para as bandas da baixada. Entrementes, como se diz, mesmo que se coma ovo frito, é o mesmo arroto de caviar, o arroto da branquitude, espécie de dote branco eterno para ler o passado, o presente e o futuro? Teima em ser a pose de Senador da família de antigamente, feito craca nele incrustada. Afinal, o Eulálio, de fina estirpe, não pode perder a mania de grandeza, o desejo fático de grandeza, grandeza de gozo que se arrebenta na parede chapiscada do banheiro imundo pensando apertar Matilde contra a parede, a moreninha que o abandonara, a dos seios brancos e leite ali bicado, muito leite derramado, petrificado, mortificado.

Mas sim, eu era de novo o rei do mundo, eu era quase o meu pai, e me joguei contra a argamassa da parede como se Matilde estivesse ali para me amparar. Abracei-me na parede áspera, me esfreguei nela, com gosto me encalavrei nela, e me lembrei de Matilde tremendo inteira, cheguei mesmo a escutar sua voz um pouquinho rouca: eu vou, Eulálio. Então, patinei no cimento, e antes de descambar ouvi um estalo, senti a dor de um osso a se partir com sua medula, estendido no chão vi minha perna direita retorcida. Lancina minha carne, Senhor, os fiéis cantavam, e eu só tinha um cão para escutar minhas lamentações. Mas em vez de latis para alertar algum vizinho, o idiota pegou a lamber a

minha cara. (HOLLANDA, 2009, p. 181).

São os urros da branquitude, urros do inferno dantesco? É a decadência que paradoxalmente parece nunca o admitir a história do Brasil, onde crimes contra as de baixo passam em branco e se repetem no tempo infinito, sem escuta, um purgatório eterno onde os pecados se repetem sobre um chão de areia movediça que puxa para o abismo?

Ao contar o que fora a própria vida, transmite-se, não somente a sua experiência, mas, uma experiência paradigmática, em que o individual, figurativamente, mostra-se como metonímia de toda uma geração, de um povo, de uma nação. É a experiência coletiva de que trata o narrador. (SARMENTO, 2015, p.40).

Há nesta nação uma “imagem de máscara contida na aparência de civilização ilustrada”, por um lado, a dialética da malandragem de Antonio Candido, entre ordem e desordem, por outro, o fato dos “horrores da estrutura social não impossibilitavam a frequência extensa da vida cultural europeia”, que falou Roberto Schwarz. A relíquia da família é o chicote na biblioteca, atrás da enciclopédia Larousse (SARMENTO, 2015, p.70). Máscara que fala “garanto que a convivência com Balbino fez de mim um adulto sem preconceito de cor”, reivindicando uma falsa democracia racial, como um disfarce conveniente da branquitude. Porém, o chicote dá um tom da branquitude no tempo.

Da noite para o dia os cabelos dele se encrespam, o nariz de batata engrossou mais ainda, e quanto mais o menino escurecia, mais me perturbava a sensação de conhecer sua cara de algum lugar. Era curioso porque tirante o preto Balbino e um ou outro criado, eu não tinha muita

gente da raça nas minhas relações, nem nunca avistei a mãe do menino, a dos nomes fictícios. E a cor do menino provinha dela, logicamente, eu não poderia esperar um neto comunista que se juntasse com moça de pedigree. Mas ora, ora, papai, disse Maria Eulália, está na cara que esse aí puxou a minha mãe mulata. Não sei quem abastecia minha filha com tantas maledicências, Matilde tinha a pele quase castanha, mas nunca foi mulata. Teria quando muito uma ascendência mourisca, por via de seus ancestrais ibéricos, talvez algum longínquo sangue indígena. De Matilde o menino só herdara o gosto por música barata, era escutar o rádio do vizinho e ele se embalançava todo. Criança esperta, consegui-lhe uma bolsa de estudos no meu antigo colégio de padres. Porém no dia em que o levei para a matrícula, deu-se um zumzum na secretaria e um padrego meio bicha veio se desculpar comigo, não havia mais vaga para o Eulalinho. Inscrevi-o numa escola pública, onde ele iria conviver com gente de outro extrato social, mas fiz questão de que não perdesse de vista suas raízes. (HOLLANDA, 2009, p. 149).

Amor, ódio e recalque a favor de uma branquitude como fantasma, que faz com que o narrador não enxergue o racismo contra o neto, nem o próprio neto como negro. “De modo análogo ao protagonista de Dom Casmurro, Eulálio não consegue conter seu desejo, muito menos seu ódio, de amar uma mulher negra e de classe social inferior – ao longo das narrativas, os exemplos são muitos.” (BONIS, 2018, p. 106).

Entre o cogito do Senador Demóstenes Torres sobre o “consensual” e a ficção de “Leite Derramado”, algo não encaixa, não bate. Essa experiência estética do confronto entre registro da realidade e literatura desafia a cultura e revela tons da branquitude.

Senador Barão de Antonina: o guante da branquitude pragmática

Como pode ser uma colonização em plenos anos 1930? Da região das colônias paulistas, entre 1877 e 1911 foram criados 24 núcleos coloniais, ligados à economia do café: foi o branqueamento e a celebração da branquitude. Nos anos 1930, o Núcleo Colonial Barão de Antonina, decreto 4.740 de 16 de julho de 1930, foi o principal núcleo criado em São Paulo como “Uma espécie de laboratório de políticas colonizadoras que passaram a ser gestadas e amadurecidas no primeiro Governo Vargas” (TESSARI; COSTA, 2015, p.114). Não era a Mata dos Índios? Por que Barão de Antonina? Não havia negros ali no lugar? Onde ficam os choques civilizatórios?

O lugar remete ao rabo de tatu do Senador Barão de Antonina, senador real do segundo Império, um senador exemplar. Controverso, na figura do Barão de Antonina é possível identificar uma branquitude pragmática que fez fortuna aplicando a civilização apregoada pelo iluminista José Bonifácio, posando de novos bandeirantes do XIX, o que fez escola, seus restos ficaram no romance do auxiliar do Barão sobre a relação com os povos indígenas.

- Onde está o resto? - Eles estão todos mortos, caídos no planalto. Somente eu escapei para contar a nossa má sorte, contar sobre a duplicidade dos brancos na sua falsidade traiçoeira, nos liderando em nome da paz a uma armadilha. (ELLIOTT, 1844, p.22).

Do “choque de civilização”, “da superposição de paisagens” (CORREA, 2016), dessa interação entre os mundos, novos restos psíquicos sobram, seja na relação entre adultos, seja na relação entre adultos e crianças, entre crianças

brancas e crianças negras no ambiente da “rua” e na escola rural preparada para as crianças imigrantes brancas. Ao fazer a crítica a Totem e Tabu, de Freud, Elias percebeu um ponto: a civilização não é passada como bastão do pretenso “homem civilizado” ao pretenso “homem primitivo”, mas as crianças indiciam os adultos no espaço-tempo da cultura. A presença da instituição escola no núcleo de imigração rural Barão de Antonina repercute; destacada por Monbeig (1940), bem como do objeto baú de madeira da viagem dos imigrantes, que também repercute na cultura, onde se escondiam bens tangíveis e intangíveis, como os tesouros dos discursos racistas na Europa de origem, algo que granjeava soberbo no meio rural europeu, como na Alemanha, Itália, Áustria, Hungria, mesmo no Japão aliado, mas no sul dos EUA também. De repente, ouve-se: “Negrinho fedido. Que veio da Bahia. Fazendo careta. Pra Dona Maria!” (FERNANDES, 1975, p.36). É uma parlenda. As parlendas são ditos rimados de grande circulação social “que se encontra em maior abundância na vida infantil. Há de vários tipos, usados conforme as circunstâncias” (FERNANDES, 1975, p. 33), como a provocação, comuns em áreas de imigração no Estado de São Paulo, são as parlendas para provocação.

As parlendas para provocação assombrariam a cultura oral de uma região por anos a fio, vindas pelos navios, como a pandemia da gripe espanhola, restos da Europa no Brasil, como um rito formador da visão de mundo nos bairros rurais, na rua, na escola, na criança, na adolescência, nos núcleos urbanos, levados adiante pelo tempo, por conta do êxodo rural das colônias, para as grandes cidades. Antecedente histórico antigo do bullying, do racismo escrachado a céu aberto. Se Fernandes (1975) nomeia a parlenda

desde o IHGB em Piracicaba, zona rica de São Paulo, terra de presidente do Brasil, muita coisa ficou no ar, como eco não escrito, nos fundões. O racismo fala aos ventos e em coro: “Nariz boludo. Que nem batata. Em cada buraco...”, outra parlenda das colônias paulistas. Um horror. Era o tom violento da branquitude para formar corpos racistas seriados no século XX em terras, ares paulistas e no tempo infinito.

Isso ainda podia ser ouvido bem alto no tempo em que meninos, a maioria brancos, do grupo escolar rural de antigo núcleo colonial, vestidos com coletes vermelhos, botas pretas de cano alto, calça rústica, chapéu na cabeça, lenço no pescoço, espingardas de verdade nas mãos, apontadas para o alto e de canos apoiadas nos ombros, enfileirados feito bandeirantes, aguardam a marcha para comemorar o sete de setembro na ditadura brasileira dos anos 1970. Tempo também do Mobral, que ainda distribuía a cartilha da eugenia de Renato Kehl.

Alguns meninos e algumas meninas morreriam da contaminação pelo reuso da pistola⁵ de ar comprimido na vacinação contra a terrível pandemia de meningite que a ditadura negava que existia no começo. A arma mortal, a pistola para vacinação em massa, fazia sucesso entre as crianças pela propaganda que “não ia doer porque não tinha agulha”: um sucesso macabro empurrado pelo culto ao medo e pela posição de colonialidade de poder do Brasil, de joelhos perante a invenção militar estadunidense.

As crianças morriam de medo da pistola e o medo fazia disso seu enredo autoritário, deixando as cicatrizes eternas da picada da pistola no braço e nas entranhas do ser, feito resto psíquico

⁵ O uso dessa pistola foi banido em 1992 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

violento. Alguns dos meninos brancos apanhavam em casa, nus, embaixo d'água, sob a ira desmedida do pai descendente de europeu, que lhes marcavam os corpos com rabo de tatu na mão grande branca, que não parava de bater nem com o jorrar do sangue levado pela água, a pretexto de ensinar a masculinidade devida com o castigo sádico.

Uma branquitude violenta minoritária ao abrigo de uma branquitude pragmática que assovia aos ventos virando a cara como se não fosse parte dela? Que vai à missa no domingo? Tapando os ouvidos? O nariz? Ou sem peias, nenhum sobressalto ou susto, que passa batido apenas, que passa a lição racista de geração para geração? Não é brincadeira: aqui também o menino é pai do homem. Ouve-se mais nas regiões de colônias tardias paulistas.

Uma dessas parlendas racistas feito rito de passagem para a vida adulta e não só, contradiz diretamente o dito do Senador que abriu esse artigo, trata-se do seguinte fraseado propagando a cultura do estupro da mulher negra, algo muito comum na cultura oral, para espanto: “Peguei a negra no escuro, Encostei no muro...” Esses restos de violência que perturbam a cultura juntam-se num cesto de restos eterno que povoa a internet de superfície e a profunda⁶, como novo resto cultural vivo no século XXI, porque “Não há nada mais tenaz que um bom ódio.”, como disse Machado de Assis em 1908 (ASSIS, 1908, p. 47). Parlenda deriva do latim “parlare”, que é conversar. “Parler” é um dos nomes que abriga o ódio, uma rede social criada nos Estados Unidos em 2018. Assim, a fala do Senador

Demóstenes carrega o não-dito, o dito que aparece na história do Brasil na parlenda. O discurso do Senador revela a nota do disfarce presente neste tom da branquitude. Uma virtual audiência favorável à fala do Senador Demóstenes Torres poderia incluir o Senador Barão de Antonina, do Império, Eulálio Ribas d'Assumpção, Senador da Primeira República, o próprio Eulálio Montenegro d'Assumpção, com 102 anos, decaído em seu purgatório, se Chico Buarque de Holanda lhe tivesse dado mais dois anos de vida em 2007. A audiência talvez fosse militância da branquitude em tempo integral, do neobranqueamento, se Eulálio tivesse um celular em mãos, pregando o racismo que estrutura o fascismo.

Referências:

ASSIS, Machado de. **Memorial de Aires**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 2000.

AUERBACH, Erich. **Mimesis: A representação da realidade na literatura ocidental**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

BONIS, Maria Luisa Rangel de. **Peso flutuante de uma fala: o Brasil narrado em Leite derramado, de Chico Buarque**. 2018. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.8.2019.tde-14022019-103826. Acesso em: 2022-03-15.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Metafísicas canibais**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

CORREA, Dora Shellard. **O núcleo colonial Barão de Antonina (1930-1950)**. 1988. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, Universidade de São Paulo, USP, 1988.

CORREA, Dora Shellard. **Paisagens sobrepostas**. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2016.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

⁶ <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-10/ameacas-de-neonazistas-a-vereadoras-negras-e-trans-alarman-e-expoem-avanco-do-extremismo-no-brasil.html>, acessado em 25 de abril de 2021.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador (Über den Prozess der Zivilisation)**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo (Über die Zeit)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora Ltda, 1998.

ELLIOTT, John Henry. **Aricó e Caocochée**. Curitiba: Revista O Jasmim, 1844 IN HARDIN, Jerry. **O cocar quebrado**. Curitiba: Atlanta/ Ipê Alliance Press, 1994.

FERNANDES, Waldemar Iglesias. **Lendas e credences de Piracicaba e outros estudos**. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba/Editora Franciscana, 1975.

FREUD, Sigmund. **El porvenir de una ilusión, El malestar em la cultura y otras obras (1927-1931)**. Vol. XXI. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001.

FREUD, Sigmund. **Más Allá del principio de placer, Psicología de las masas y análisis del yo y otras obras (1920-1922)**. Vol. XVIII. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1993.

FREUD, Sigmund. **Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna (1908)** IN Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

FREUD, Sigmund. **Sobre a psicopatologia da vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLLANDA, Chico Buarque de. **Leite Derramado**. São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Tradução de Wilson Martins revista pelo autor. São Paulo: Editora Anhembi Ltda, 1957.

LIBRANDI, Marília. **Escrever de ouvido: Clarice Lispector e os romances da escuta**. São Paulo: Relicário, 2020.

MANN, Thomas. **Doutor Fausto**. Tradução de Herbert Caro. São Paulo, Companhia das Letras, 2021.

MEIHY, José Calos Sebbe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e Narrativas: história oral aplicada**. São Paulo: Contexto, 2020.

MONBEIG, Pierre. **The colonial nucleus of Barao de Antonina, São Paulo**. Vol. 30. pp. 260-275. Nova York: Geographical Review, 1940.

PEYTRAUD, Lucien. **L’Esclavage aux Antilles Françaises Avant 1789**. Paris: Librairie Hachetti et C., 1897.

RACIONAIS MC1S. **Sobrevivendo no inferno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros**. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SARMENTO, Alessandra Loiola. **“O Purgatório” D’A Divina Comédia Vertido em Leite Derramado: tradição, mito e ironia no romance de Chico Buarque de Holanda**. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Literatura De Língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica (PUC-BH). Belo Horizonte, 2015.

STF. Supremo Tribunal Federal. Audiência pública. Arguição de descumprimento de preceito fundamental 186. Recurso extraordinário 597.285. Notas taquigráficas. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienPublicaAcaoAfirmativa/anexo/Notas_Taquigraficas_Audiencia_Publica.pdf. Acesso em 10/04/2021.

TESSARI, Cláudia Alessandra; Costa, Júlio César Zorzenon. **Núcleos Coloniais Estatais em São Paulo**. Revista História e Economia. Volume 15, n. 2, pp. 103-124. Lisboa, 2015.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Desbravamento e Catequese na Constituição da Nacionalidade Brasileira: as Expedições do Barão de Antonina no Brasil Meridional**. Revista Brasileira de História, volume 13, número 30, pp. 137-155. São Paulo, 1995.

Recebido em 2021-06-23
Publicado em 2022-04-01